



CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Educação

A Câmara de Jundiá sedia hoje, a partir das 19 horas, um Fórum sobre Educação. Entre os debatedores, estarão presentes Moisés de Oliveira Cassanti (especialista em crimes cibeméticos) e Fábio Jacyntho Jorge (Defensoria Pública). O fórum é uma iniciativa do vereador Faouaz Taha (PSDB), que preside a Comissão de Educação da Casa.

Lava Jato

Pesquisa do Instituto Ipsos mostra que 90% dos brasileiros aprovam a 'Lava Jato' - e acham que a Operação deve continuar mesmo que gere instabilidade econômica no País. O descrédito na política segue acentuado: 83% afirmam que as grandes lideranças políticas nacionais estão tentando acabar com a investigação.

Apuração

Uma funcionária pública ligada à Defesa Civil de Jundiá é alvo de processo administrativo aberto pela Comissão de Sindicância da Unidade de Negócios Jurídicos e Cidadania da Prefeitura. A servidora é acusada de levar produtos de limpeza do departamento em que trabalha para a casa dela, no carro particular.

Plano Plurianual

Uma equipe da Unidade de Governo e Finanças de Jundiá recebeu, esta semana, líderes comunitários dos bairros Vila Ana, São Camilo e do Vetor Oeste, além de representantes do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e da comunidade LGBT, para tratar de assuntos ligados à elaboração do Plano Plurianual 2018-2021.

Metas fiscais

O gestor de Governo e Finanças de Jundiá, José Antonio Parimoschi, apresentou, na manhã desta quarta-feira (31), as metas fiscais e os resultados apurados no primeiro quadrimestre deste ano em uma audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores. No próximo dia 7 de junho, será realizada uma outra audiência, desta vez para tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Dados

De acordo com os dados apresentados por Parimoschi, durante a audiência das metas fiscais, o crescimento da receita nos quatro primeiros meses deste ano foi de 4,6% em termos nominais, o que, segundo o gestor, confirma que a previsão de alta de 10,7% na arrecadação para 2017 estabelecida no ano passado é "irreal". "Por isso estamos fazendo um ajuste fiscal responsável para adaptar o tamanho da despesa ao tamanho da arrecadação", disse.

SEGURANÇA

Verba é fruto de emenda do deputado estadual Júnior Aprillanti; no total, mais de R\$ 1 milhão serão liberados

Estado libera hoje R\$ 350 mil para Várzea investir na Marginal

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Cerimônia prevista para esta quinta-feira (1º), às 14 horas, no Palácio dos Bandeirantes, vai destinar R\$ 350 mil para o município de Várzea Paulista. A verba foi obtida através de emenda parlamentar apresentada pelo deputado estadual Júnior Aprillanti (PSB) - e será investida pelo Executivo varzino na instalação de defensas metálicas no trecho da avenida Marginal do Rio Jundiá que passa pelo município. Além de Aprillanti, a assinatura da emenda terá as presenças do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e do prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi (PV).

Júnior Aprillanti comentou, ontem, que uma de suas metas, desde que assumiu o mandato na Assembleia Legislativa, era buscar recursos para a avenida Marginal. "É uma via que atende as três maiores cidades do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ). Estou feliz em poder contribuir para que a Avenida Marginal do Rio Jundiá possa, em um futuro próximo, ser recapeada e ganhar melhores condições de segu-



TURISMO Deputado Aprillanti participou, ao lado do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Luiz Fernando Machado, de cerimônia em SP

rança", afirmou.

Aprillanti informa que outras duas emendas também serão liberadas, totalizando o valor de R\$ 1,05 milhão a ser distribuído entre Jundiá e Campo Limpo Paulista. Destas, uma das emendas será destinada à recuperação do asfalto e a outra, em

obras de drenagem e urbanização da pista.

O parlamentar protocolou o pedido da verba em 2 de fevereiro - e, cinco meses depois, comemora a liberação.

União das Câmaras
Júnior Aprillanti ressaltou que foi fundamental a união

das Câmaras dos três municípios. "Os resultados acontecem quando há mobilização. Esta conquista é, portanto, fruto do trabalho de todos os envolvidos".

A Avenida Marginal do Rio Jundiá foi objeto de encontro recente entre os presidentes dos Legislativos de

Várzea Paulista, Silso das Neves (PRB); Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB); e Campo Limpo Paulista, Dênis Braghetti (PSD). Uma nova reunião, desta vez com a presença aguardada de todos os vereadores das três cidades, está marcada para 12 de junho, na Câmara varzina - quando serão discutidas novas ações buscando as condições de melhoria da via, palco de diversos acidentes e muitas mortes.

Turismo

Ao mesmo tempo em que vai assinar, hoje, a destinação das verbas para a Marginal, Júnior Aprillanti já tinha, ontem, motivos para comemoração. O deputado estadual participou de cerimônia em que Geraldo Alckmin assinou a lei estadual classificando Jundiá como "Município de Interesse Turístico". No total, 20 cidades foram beneficiadas. "Jundiá atendeu às exigências de forma rápida, o que significa mais recursos provenientes do Estado para investimentos no segmento turístico", comenta. O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), estava presente ao evento.



DISCUSSÃO Autor da PEC que extingue o foro especial é o senador Álvaro Dias (PV-PR)

SEGUE PARA A CÂMARA

Senado aprova fim do foro privilegiado

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (31) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que extingue o foro especial por prerrogativa de função para autoridades federais, mais conhecido como foro privilegiado. A PEC 10/2011 segue agora para análise da Câmara dos Deputados, onde precisará passar por dois turnos de votação.

A proposta acaba com o foro privilegiado em caso de crimes comuns para deputados, senadores, ministros de Estado, governadores, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes militares, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos conselhos de Justiça e do Ministério Público.

Dessa forma, todas as autoridades e agentes públicos hoje beneficiados pelo foro responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As úni-

cas exceções são os chefes dos três poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário).

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais, entre outros.

A PEC também inclui expressamente no art. 5º da Constituição a proibição de que seja instituído qualquer outro foro por prerrogativa de função no futuro.

Segundo estudo da Consultoria Legislativa do Senado, atualmente mais de 54 mil pessoas são beneficiadas por alguma forma de foro privilegiado. O autor da PEC foi o senador Alvaro Dias (PV-PR), que classificou o foro privilegiado como um "instituto da impunidade" que ainda persiste na Constituição brasileira. (Agência Senado)

SENADO

Proposta que prevê eleições diretas é acatada na CCJ

A proposta que prevê a realização de eleições diretas em caso de vacância da presidência da República nos três primeiros anos de mandato foi aprovada por unanimidade nesta quarta-feira (31) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Apesar do avanço da matéria, ainda é necessária sua aprovação em dois turnos no plenário da Casa e na Câmara dos Deputados. De acordo com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) aprovada nesta terça na CCJ, no caso de os cargos de presidente e vice-presidente da República ficarem vagos nos três primeiros anos de mandato, os novos ocupantes passam a ser escolhidos por votação popular.

Pela regra atual, eleições diretas ocorrem apenas quando a vacância se der na primeira metade do mandato. Para

os dois anos finais passa a ser realizada eleição indireta. Há uma outra PEC sobre diretas em tramitação na Câmara. A oposição não conseguiu ainda iniciar a discussão da proposta, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), que está na CCJ da Casa.

Durante a discussão da matéria na CCJ do Senado, houve divergência entre os senadores sobre a partir de quando as regras da PEC podem ser aplicadas.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou em seu relatório uma especificação para que o texto passe a valer imediatamente no caso de saída do presidente Temer, por exemplo.

Contudo, o petista recuou depois de o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) votar pelo texto original, sem essa modificação.

O tucano aponta o artigo 16 da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, as mudanças em regras eleitorais têm validade imediata após sua aprovação. No entanto, só podem ser aplicadas em pleitos que sejam realizados um ano após a mudança na lei.

O texto aprovado não tem nenhuma especificação sobre quando as novas regras podem ser aplicadas. Portanto, será necessária uma interpretação do artigo constitucional. Mesmo sem garantias de que a regra valerá numa eventual saída do presidente Michel Temer, como vem defendendo, o PT comemorou o resultado. "Eu estou convencido de que o movimento na sociedade vai crescer. Há um impasse sobre eleição indireta. Tem deputados defendendo que seja uma eleição unicameral, e os senadores não aceitam." (Folhapress)

J&F

Dona da JBS fecha acordo de leniência por R\$ 10,3 bilhões

A J&F, dona da JBS, uma das maiores processadoras de carne do mundo, fechou acordo de leniência por R\$ 10,3 bilhões. A tratativa, fechada com o Ministério Público Federal do Distrito Federal, será assinada nos próximos dias, após a conclusão das discussões de cláusulas do acordo, segundo os procuradores.

O acordo inclui os fatos apurados em cinco operações

em que a J&F é alvo.

Com o acerto, as empresas do grupo garantem o direito de continuar sendo contratadas pelo poder público e retiram entraves para obter empréstimos junto a instituições financeiras.

Do total a ser pago, R\$ 8 bilhões serão destinados a Funcef (25%), Petros (25%), BNDES (25%), União (12,5%), FGTS (6,25) e Caixa Econômi-

ca Federal (6,25%). O restante da multa, de R\$ 2,3 bilhões, será pago por meio de projetos sociais.

O prazo de pagamento foi fixado em 25 anos, sendo que, neste período, os valores serão corrigidos pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Considerando a correção, a projeção é que o total a ser pago pela J&F chegue a R\$ 20 bilhões. (Folhapress)